



FUNÇÃO PÚBLICA

Governo acelera concursos para contratações no Estado

Proposta de revisão de regras sobre os concursos de admissão reduz prazos, promove os meios eletrónicos e elimina fases, ao aplicar vários métodos de seleção no mesmo dia. Técnicos superiores vão entrar em breve e sem entrevista.

CATARINA ALMEIDA PEREIRA
catarinapereira@negocios.pt

O Governo começa a discutir esta segunda-feira com os sindicatos uma proposta que procura agilizar os concursos que levam às admissões na Função Pública e que por vezes demoram anos a ser concluídos. A proposta apresentada para negociação prevê que as diferentes fases do concurso possam ocorrer no mesmo dia, favorece a utilização de meios eletrónicos e encurta uma série de prazos.

“Como procedimento regra no procedimento comum conseguimos encurtar cerca de quatro meses”, afirma em declarações ao Negócios a ministra da Administração Pública. Embora a redução de prazos esteja clara na proposta, Alexandra Leitão reconhece que isso não elimina o risco de demoras de anos. “Basta haver uma impugnação com efeito suspensivo para estas coisas terem especificidades e vicissitudes próprias.”

Uma das principais novidades do diploma é a possibilidade de os diferentes métodos de seleção serem aplicados no mesmo momento – no mesmo dia – em vez de serem implementados por fases.

“Imagine que há cem candidatos. Em vez de fazermos as provas de conhecimento, corrigirmos as provas de conhecimento, publicarmos a lista de resultados e depois começarmos a fazer as avaliações psicológicas, o que vamos fazer é convocar todos os candidatos para fazer em simultâneo as duas provas, eventualmente por meios telemáticos” como “vídeoconferência” ou “provas à distância”.



Manuel de Almeida/Lusa

A ministra prevê encurtar os concursos em cerca de quatro meses. Duração média não é conhecida.

Se for presencialmente, “pode-se aproveitar o mesmo espaço e depois só serão publicitados os resultados da avaliação psicológica para aqueles que tenham aproveitado na prova de conhecimentos”. Ou seja, dos que obtenham aprovação no primeiro método. “Algumas fases passam a ocorrer em simultâneo e não sucessivamente”, em regra.

Embora não altere os métodos de seleção considerados obrigatórios – nem as habilitações exigidas, segundo esclarece a ministra – a proposta clarifica que a regra que se aplica é a que já consta da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas: em regra, prova de conhecimentos e avaliação psicológica.

Por outro lado, a proposta torna mais curtos os prazos de apresentação de documentos (para um máximo de seis dias úteis) ou de verificação dos elementos apresentados pelos candidatos por parte do júri (que passa de dez para

cinco dias quando sejam menos do que 15 candidatos), promove os meios eletrónicos e que obriga a administração pública a ir buscar os documentos que já detém. Por outro lado, ao contrário do que acontecia, os candidatos eliminados na fase inicial por não cumpri-

rem os requisitos, poderão passar pelas provas de seleção, ainda que “potencialmente em vão”, mas para impedir atrasos.

Técnicos superiores entram já sem entrevista

Embora as novas regras só se apliquem aos futuros concursos, há alterações que têm efeitos já na colocação dos mil técnicos superiores que foram escolhidos através do procedimento de recrutamento centralizado lançado há um ano e meio: é eliminada a necessidade de entrevista.

“Vai agilizar muitíssimo a colocação porque vamos começar a publicar as ofertas de colocação nos próximos 15 dias”, diz a ministra. Depois, será aplicado “um algoritmo que faz um cruzamento de três fatores: a vaga, o perfil (economista, por exemplo) e a preferência das pessoas. “Quem está em primeiro lugar na lista fica na sua primeira preferência e por aí

adiante”, diz Alexandra Leitão, que acredita que estes 800 candidatos a técnicos superiores que estão atualmente na bolsa (aos quais se somarão 200) serão colocados ainda no primeiro trimestre.

Uma questão sensível

Embora a perspetiva de agilização seja geralmente bem recebida, a regulação dos concursos é uma questão sensível, até porque a Constituição garante o acesso de todos os cidadãos à função pública “em condições de igualdade e liberdade”. Em resposta a algumas das críticas que poderão ser apresentadas pelos sindicatos, a ministra responde que não fará da negociação “uma mera formalidade”.

A portaria em vigor prevê que em situações de igualdade de valoração tenham preferência na ordenação final os candidatos que se encontrem em situações configuradas “pela lei como preferenciais”, mas a proposta do Governo passa a admitir que tais preferências estejam configuradas “normativamente”. Qual é a diferença? “Pode estar em portarias, despachos, leis, decretos-leis.”

Por outro lado, a proposta do Governo revoga dois artigos sobre a audiência prévia dos candidatos excluídos. “Não há encurtamento de nenhum prazo que diga respeito aos candidatos. Os encurtamentos são todos para a administração pública. Em termos de garantias não se reduz nada”, aplicando-se o Código do Procedimento Administrativo.

Nas reuniões que decorrem esta semana, o prato forte e mais mediático será a nova proposta de aumentos salariais para 2021, que de acordo com as informações recolhidas pelo Negócios em dezembro deverão chegar ao segundo nível remuneratório, de 693 euros brutos por mês. ■



Vai agilizar muitíssimo o procedimento concursal. Em termos de garantias não se reduz nada.

ALEXANDRA LEITÃO
Ministra da Modernização do Estado e da Administração Pública

negócios

negocios.pt

Segunda-feira, 4 de janeiro de 2021 | Diário | Ano XVI | N.º 4402 | € 2,70
 Diretor **André Veríssimo** | Diretor adjunto **Celso Filipe**



166 líderes antecipam 2021

O que esperam para o mundo, o país e a economia | **Esperança** foi a palavra escolhida para perspetivar o ano | **Desemprego** domina preocupações nacionais | **Pandemia** é o maior risco à escala global | **Rentabilidade** vai ser a prioridade | **Teletrabalho** irá tornar-se mais comum | **Restrições** só terminam no segundo semestre | **Tecnologia** ganhará relevância | **Orçamento** para 2022 será aprovado | **Estados Unidos** terão melhores relações com a China e a Europa | **Crescimento** da Zona Euro é uma incógnita

PRIMEIRA LINHA 4 a 25

Função Pública

Governo acelera concursos para contratações no Estado

Técnicos superiores vão entrar em breve e sem entrevista.

ATUALIDADE 28

Energia

Finerge faz acordo com a Vestas e volta a construir parques eólicos

A empresa liderada por Pedro Norton explora 53 parques eólicos e 16 centrais solares na Península Ibérica.



HOME PAGE 2

Mercados

“Vacina” dos estímulos salvou as bolsas em 2020

ATUALIDADE 26 e 27

Investimento

Industrialização de Angola travada pela “corrupção massiva”

ÚLTIMA